



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CCJE - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PLANO de ENSINO – 2023/1

Campus: Goiabeiras *Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Noturno)*
Departamento Responsável: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Data de Aprovação (Art. 91 do Regimento Geral): dd/mmm/2023
Docente Responsável: **Geraldo Antonio Moreira de Oliveira** – geraldo.oliveira@ufes.br
Qualificação/Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5617721025453983>
Disciplina: **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO II** Código: **CON03771**
Pré-requisitos: **Planejamento Tributário e Contabilidade Avançada**
Carga Horária Semestral: **60 horas/aula – Créditos: 04**
Distribuição da Carga Horária Semestral: **Teoria [60] Exercício [00] Laboratório [00]**

1. EMENTA

Planejamento Tributário: Conceito e crimes contra a ordem tributária. Ferramentas legais disponíveis. Contextualização e análise das alternativas de Elisaõ Fiscal dos principais tributos e contribuições sociais.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Revisar os conhecimentos sobre o Sistema Tributário Nacional e a Regra Matriz de Incidência Tributária dos principais tributos e contribuições sociais. Contextualizar e analisar situações concretas de Planejamento Tributário como ferramenta de auxílio à gestão e possibilidade de economia tributária.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão e avaliação diagnóstica

3.1 Sistema Tributário Nacional – Revisão: *Legislação Tributária. Espécies de tributos. Contribuições sociais. Tributos federais, estaduais e municipais. Princípios constitucionais tributários. Elementos fundamentais do tributo. Imunidade e Isenção tributária. [Referências: 6.4 e 6.11]*

3.2 Regra Matriz de Incidência Tributária: *Competência, Fato Gerador, Contribuinte, Base de Cálculo, Alíquota e Período de Apuração dos seguintes tributos e contribuições sociais: IPI, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, ISSQN. SIMPLES Nacional: Conceito de ME e EPP. Vedações para enquadramento e opção. Tributos abrangidos. Ingresso e exclusão. Alíquotas. [Referências: 6.5, 6.6, 6.9, 6.10, 6.12 até 6.15, 6.17, 6.18, 6.21 e 6.25]*

Planejamento Tributário e legislação correlata

3.3 Planejamento Tributário: *Conceito e denominações jurídicas. Importância, conceito e objetivos do planejamento. Evasão Fiscal. Crimes contra a ordem tributária. Norma anti-elisaõ. Dissimulação, simulação e fraude. [Referências: 7.1 e 7.2]*

3.4 Distribuição Disfarçada de Lucros: *Conceito. Disposições legais. Conceito de Pessoa Liagada. Conceito de Valor de Mercado. Situações de caracterização. Exclusão da presunção de Distribuição Disfarçada de Lucros. Efeitos tributários e fiscais (tributação dos rendimentos). [Referências: 6.17]*

3.5 Fusão, Cisão e Incorporação: *Aspectos gerais. Tratamento dos prejuízos fiscais. Transferência de créditos tributários. Perda de benefícios fiscais. Aspectos trabalhistas e previdenciários. [Referências: 6.8 e 6.17]*

3.6 Juros sobre o Capital Próprio: *Conceitos gerais. Custo de oportunidade. Legislação aplicável. Base de Cálculo. Limites para dedutibilidade na apuração do IRPJ (Lucro Real) e da CSLL. [Referências: 6.1 e 6.17]*

3.7 Arrendamento Mercantil: *Definição conceitual. Partes envolvidas e responsabilidades. Tipos de operação. Encargos do contrato. Vantagens financeiras e tributárias. [Referências: 6.17]*

3.8 Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados: *Conceitos gerais e legislação. Processo de negociação. Requisitos do acordo. Periodicidade e características do pagamento. Compensações e dedutibilidade. Tributação e encargos sociais. Situações especiais. [Referências: 6.7]*

Casos de Planejamento Tributário aplicado

3.9 IRPJ – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas: *Opção pelo Lucro Real, Lucro Presumido ou enquadramento no SIMPLES. Qual a menor carga tributária? Qual a melhor alternativa? [Referências: 6.14 e 6.17]*

3.10 Pagamentos a Sócios/Acionistas Dirigentes: *Pró-labore, Distribuição de Lucros ou Juros sobre o Capital Próprio? Qual a carga tributária para o contribuinte beneficiário e para a fonte pagadora. [Referências: 6.1, 6.2, 6.13 e 6.17]*

3.11 Pensão Alimentícia e IRPF: *Condições para a dedutibilidade em relação ao contribuinte que paga a pensão alimentícia. Qual a melhor alternativa de tributação para o contribuinte que recebe a pensão. [Referências: 6.17]*

3.12 Espólio – Inventário de Bens e Direitos: *Transferência para os herdeiros/successores. Carga tributária do espólio e dos herdeiros/successores. Alternativas para a tributação dos Ganhos de Capital (IRPF). Fundamentação legal ou judicial dos tributos e contribuições que compõem a carga tributária. Exemplo demonstrando e mensurando as alternativas. [Referências: 6.17]*

3.13 ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: *Alternativas para redução da Base de Cálculo e/ou da Alíquota. Sub-locação de serviços. [Referências: 6.25]*

3.14 IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana: *Alternativas para a redução da Base de Cálculo e/ou da Alíquota. Hipóteses de Imunidade, Isenção ou Não Incidência. [Referências: 6.26]*

3.15 ITCD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e doação de Quaisquer Bens ou Direitos: *Alternativas para a redução da Base de Cálculo e/ou da Alíquota. Hipóteses de*

Imunidade, Isenção ou Não Incidência. [Referências: 6.21]

3.16 ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis: *Alternativas para a redução da Base de Cálculo e/ou da Alíquota. Hipóteses de Imunidade, Isenção ou Não Incidência. [Referências: 6.26]*

3.17 IPI, ICMS, PIS e COFINS – Contribuinte Atacadista: *Carga tributária como não contribuinte ou como contribuinte facultativo do IPI. Geração de créditos tributários para os clientes. [Referências: 6.6, 6.9, 6.15, 6.18 e 6.20]*

3.18 Pagamentos e Benefícios para Empregados: *Remuneração (salário, gratificações, abonos, prêmios etc), Benefícios Sociais (alimentação, plano de saúde, educação etc) ou Participação nos Lucros e Resultados? Qual a carga tributária para o contribuinte beneficiário e para a fonte pagadora, considerando o Imposto de Renda, a Contribuição Previdenciária e o FGTS. [Referências: 6.1, 6.3, 6.13 e 6.17]*

3.19 Atividade Agropecuária: *Tributação como Pessoa Jurídica (Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples) ou Pessoa Física (Livro Caixa ou Resultado Presumido). Qual a melhor alternativa? [Referências: 6.17]*

3.20 Imóveis – Operações de venda, aluguéis recebidos e doação: *Opção e carga tributária dos contribuintes envolvidos na operações, na condição de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica. [Referências: 6.17 e 6.22]*

4. METODOLOGIA

4.1 Aulas interativas com análise, debate, esclarecimentos e conclusões, através da apresentação de painéis por parte de grupos de alunos. Elaboração de resumos de textos e exercícios de fixação, individuais e em grupo. Estudos de casos.

4.2 Utilização da infra-estrutura e dos equipamentos disponíveis no CCJE, particularmente: projetores, laboratório e quadro branco com marcador.

4.3 Antes das aulas os alunos devem ler os materiais recomendados nas referências dos respectivos tópicos dos conteúdos programáticos, além de outros que podem ser pesquisados.

4.4 Os alunos com deficiência visual e/ou auditiva devem comunicar essa situação diretamente ao professor, objetivando a viabilização de alternativas tecnológicas compatíveis e adequadas ao acompanhamento regular das atividades da disciplina.

4.5 Os materiais relacionados com os conteúdos programáticos (exercícios, textos, bibliografia, artigos, vídeos, resenhas etc), além do calendário, serão disponibilizados na página da disciplina na Plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA (www.ava.ufes.br), e, os discentes devem se inscrever com o código disponibilizado pelo professor.

5. CRITÉRIOS e PROCESSO de AVALIAÇÃO da APRENDIZAGEM

5.1 O cômputo da frequência será de acordo com as disposições do Regimento Interno da UFES.

5.2 Estão dispensados da frequência aqueles alunos já reprovados por nota na disciplina em semestres letivos anteriores, esclarecendo que a dispensa não alcança as atividades avaliativas previstas no item 5.5 nas mesmas datas previstas para os demais alunos.

5.3 As datas para entrega e/ou apresentação, os temas dos trabalhos e os respectivos grupos responsáveis serão previamente informados através da Plataforma AVA.

5.4 As médias e as notas parciais serão atribuídas conforme fórmula e pesos abaixo:

$$MP = (PP1 + PP2 + PG)/3 \text{ e } MF = (MP + PF) / 2$$

MP Média Parcial

PP1 Prova Parcial com avaliação de 0 (zero) a 10 (dez)

PP2 Prova Parcial com avaliação de 0 (zero) a 10 (dez)

PG Painel em Grupo com avaliação de 0 (zero) a 10 (dez)

PF Prova Final com avaliação de 0 (zero) a 10 (dez)

MF Média Final

5.5 As provas substitutivas, por motivo legal ou a critério do professor, serão aplicadas nas datas a serem definidas.

5.6 Os trabalhos acadêmicos devem ser elaborados observando-se as normas técnicas aplicáveis (ABNT), as quais serão verificadas pelo professor quando da avaliação.

6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

6.1 **BRASIL. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. Artigo 9º.**

6.2 **____. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999.**

6.3 **____. Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Decreto nº 99.684 de 8 de novembro de 1990.**

6.4 **____. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Artigos 145-156.**

6.5 **____. Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.981/1995, que altera a legislação tributária federal. Lei nº 9.065 de 20 de junho de 1995. Artigos 25-55 e 57-59.**

6.6 **____. Dispõe sobre a determinação e o pagamento do IR e da CSLL sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (DOU de 16/03/2017, Seção 1, p. 23). Artigos 2º-7º, 26-50, 54.67, 203-208, 214-216 e 226-228.**

6.7 **____. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da**

- empresa e dá outras providências.** Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000.
- 6.8 _____. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.
- 6.9 _____. **Dispõe sobre o ICMS e dá outras providências.** Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996. Artigos 1º-4º, 12-13 e 17-26.
- 6.10 _____. **Dispõe sobre o ISSQN e dá outras providências.** Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003 (DOU de 01/08/2003).
- 6.11 _____. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966. Artigos 96-100.
- 6.12 _____. **Institui a contribuição para o financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.** Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991.
- 6.13 _____. **Institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.** Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988.
- 6.14 _____. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.** Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Artigos 3º, 12-14, 17-18, 21-23 e 25-32.
- 6.15 _____. **Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências.** Lei Complementar nº 7 de 07 de setembro de 1970.
- 6.16 _____. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.
- 6.17 _____. **Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.** Decreto nº 9.580/2018 de 22 de novembro de 2018 (DOU de 23/11/2018). Artigos 158-161, 178-184, 210, 217-222, 225-229, 257-261, 579-581, 587-592, 595-599 e 602-609.
- 6.18 _____. **Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.** Decreto nº 7.212/2010 de 15 de junho de 2010 (DOU de 16/06/2010 e 25/06/2010). Artigos 1º-30, 35-39, 50-54, 177-180, 189-199, 225-235, 251-267, 382-394, 542-545.
- 6.19 _____. **Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 1 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.** Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991.
- 6.20 ESPÍRITO SANTO. **Aprova o Regulamento do RICMS-ES, que consolida e atualiza a legislação do imposto e dá outras providências.** Decreto nº 1.090-R de 25 de outubro de 2002.
- 6.21 _____. **Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).** Lei nº 10.011 de 20 de maio de 2013.
- 6.22 RIOS, Geraldo Barros. **Diferenças entre imposto por dentro e por fora.** Salvador, Faculdade de Direito da Bahia, 2003, p. 5-7.
- 6.23 SOUZA, José Bonifácio de. **O princípio da não-cumulatividade.** 2004, 7 p. Disponível em <<https://cursoaprovacao.com.br/aulas/>>. Acesso em 12 abr. 2011.
- 6.24 SERRA. **Dispõe sobre a criação do projeto cultural “Chico Pregó”.** Lei nº 2.204 de 6 de agosto de 1999.
- 6.25 VITÓRIA. **Altera e legislação do ISSQN.** Lei nº 6.075/2003 de 30/12/2003.
- 6.26 _____. **Dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e estabelece critérios para a determinação da base de cálculo do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).** Lei nº 4.476 de 18 de agosto de 1997.

7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- 7.1 FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- 7.2 OLIVEIRA, Luiz Carlos Martins de [et al.]. **Manual de contabilidade tributária**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

8. CRONOGRAMA

Data	Conteúdo	CH
	Levantamento de Expectativas. Avaliação Diagnóstica. Apresentação do Plano de Ensino.	04
3.1	Sistema Tributário Nacional – Revisão	02
3.2	Regra Matriz de Incidência Tributária	02
3.3	Planejamento Tributário	02
3.4	Distribuição Disfarçada de Lucros	02
3.5	Fusão, Cisão e Incorporação	02
3.6	Juros sobre o Capital Próprio	02
3.7	Arrendamento Mercantil	02
3.8	Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	02
3.9	IRPJ – Lucro Real x Lucro Presumido x Simples Nacional	02
3.10	Pagamentos a Sócios/Acionistas Dirigentes	02
3.11	Pensão Alimentícia e IRPF	02
3.12	Espólio – Inventário de Bens e Direitos	02
	Primeira Prova Parcial	02
3.13	ISSQN – Análise das alternativas legais e caso de planejamento tributário	04
3.14	IPTU – Análise das alternativas legais	02
3.15	ITCD – Análise das alternativas legais	02
3.16	ITBI – Análise das alternativas legais	02
3.17	IPI, ICMS, PIS e COFINS – Contribuinte Atacadista	04
3.18	Pagamentos e Benefícios para Empregados	12
3.19	Atividade Agropecuária	
3.20	Imóveis – Operações de vendas e aluguéis recebidos	
	Segunda Prova Parcial	02
	Correção da segunda prova parcial. Divulgação das médias parciais. Orientações sobre a prova final.	02
	Prova Final	